

ESP-FUND. PE. ANCHI - CTO.PTA.RADIO TV.EDUC.

Termo de Referência 78/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
78/2026	121101-ESP-FUND. PE. ANCHI - CTO.PTA.RADIO TV.EDUC.	VICTOR MOUTRAN HANNOUN	03/06/2026 11:24 (v 0.14)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		SC Nº 070080

1. Definição do objeto

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e sistemas de transmissão e recepção de sinais, bem como a execução de serviços de zeladoria técnica nas estações retransmissoras da Fundação Padre Anchieta.

Os serviços de zeladoria técnica compreendem a verificação das condições operacionais dos sistemas de transmissão e recepção e de sua infraestrutura associada, incluindo torres e abrigos técnicos, contemplando limpeza das instalações, inspeção visual dos equipamentos, verificação de alarmes e parâmetros operacionais, além da avaliação dos sistemas de energia e climatização, com o objetivo de prevenir falhas e assegurar a continuidade operacional dos serviços.

A contratação contempla, ainda, a realização de visitas técnicas mensais às 51(cinquenta e uma) estações retransmissoras integrantes da Área 4 – Região Noroeste do Estado de São Paulo, visando

garantir a disponibilidade, confiabilidade e adequado funcionamento dos sistemas de transmissão e retransmissão de sinais, compreendendo os seguintes municípios:

- | | |
|---------------------------|--------------------------|
| 1- Araçatuba | 27- Pindorama |
| 2- Clementina | 28- Itajobi |
| 3- Penápolis | 29- Santa Adélia |
| 4- Ilha Solteira | 30- Novo Horizonte |
| 5- Santa Fé do Sul | 31- Andradina |
| 6- Pereira Barreto | 32- Mirandópolis |
| 7- Jales | 33- Valparaíso |
| 8- Fernandópolis | 34- Junqueirópolis |
| 9- Estrela D'Oeste | 35- Pacaembu |
| 10- General Salgado | 36- Dracena |
| 11- Cardoso | 37- Adamantina |
| 12- Riolândia | 38- Rinópolis |
| 13- Pontes Gestal | 39- Parapuã |
| 14- Votuporanga | 40- Osvaldo Cruz |
| 15- Nhandeara | 41- Bastos |
| 16- Paulo de Faria | 42- Tupã |
| 17- Orindiúva | 43- Quatá |
| 18- Palestina | 44- Rancharia |
| 19- Tanabi | 45- Iepê |
| 20- Monte Aprazível | 46- Sandóvalina |
| 21- Icém | 47- Teodoro Sampaio |
| 22- São José do Rio Preto | 48- Rosana |
| 23- José Bonifácio | 49- Presidente Prudente |
| 24- Olímpia | 50- Presidente Venceslau |
| 25- Tabapuã | 51- Presidente Epitácio. |
| 26- Catanduva | |

A contratação de empresa tecnicamente qualificada mostra-se imprescindível em razão da complexidade dos sistemas de transmissão e recepção, que demandam mão de obra especializada, ferramental específico, conhecimento técnico compatível com a tecnologia empregada e atuação preventiva sistemática, a fim de garantir a continuidade operacional das estações, a qualidade do sinal transmitido e o adequado atendimento à população da região.

A ausência de suporte técnico especializado poderá comprometer a regularidade da transmissão da programação, ocasionar interrupções no sinal, ampliar o tempo de indisponibilidade das estações retransmissoras, elevar o tempo médio de reparo (MTTR) das ocorrências técnicas e acarretar prejuízos institucionais à Fundação Padre Anchieta, além de impactos negativos à população atendida.

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2. A contratação terá vigência inicial de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogada, mediante justificativa e interesse da Fundação Padre Anchieta, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos da legislação aplicável, por se tratar de serviço contínuo de natureza técnica especializada.

1.3. Os detalhamentos referentes as regras que serão aplicadas na execução da prestação de serviços estarão discriminadas neste Termo de Referência e no contrato.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A presente contratação revela-se técnica e administrativamente necessária, considerando a ampla abrangência geográfica e a complexidade técnica envolvidas na operação e manutenção das 51 (cinquenta e uma) estações retransmissoras que compõem a Área 4 – região Noroeste do Estado de São Paulo, com destaque para os polos regionais de São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente.

A execução dos serviços demanda mão de obra especializada, com conhecimento específico em sistemas de transmissão e recepção de sinais de televisão digital, infraestrutura elétrica, sistemas de aterramento e proteção contra surtos, torres e estruturas metálicas, bem como equipamentos de telecomunicação, exigindo atuação preventiva e corretiva de forma contínua e sistemática.

A Fundação Padre Anchieta não dispõe, em seu quadro permanente, de equipe técnica dimensionada e distribuída regionalmente para atender, com a agilidade necessária, todas as localidades, o que inviabiliza a execução direta das atividades, sob pena de comprometer a regularidade e a qualidade da prestação do serviço público de radiodifusão.

A contratação de empresa especializada possibilita a otimização de recursos, a padronização dos procedimentos técnicos, a redução do tempo médio de atendimento e reparo, além de maior previsibilidade operacional, assegurando estabilidade do sinal e mitigação dos riscos de interrupção da programação.

Adicionalmente, a viabilidade técnica e operacional da contratação é comprovada pelo histórico positivo de contratos similares executados em outras áreas de cobertura da TV Cultura, cujos resultados evidenciaram eficiência, confiabilidade e redução do tempo de inoperância das estações retransmissoras.

3. Descrição da solução

A presente contratação tem por objeto a seleção de empresa especializada para a execução de serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de recepção e transmissão de sinais de televisão, bem como serviços de zeladoria técnica, com realização de visitas mensais às estações retransmissoras que compõem a Área 4 – região Noroeste do Estado de São Paulo, que compreende, em sua totalidade, 51 estações retransmissoras da Fundação Padre Anchieta, distribuídas nos seguintes municípios

3.1 ESCOPO TÉCNICO DOS SISTEMAS

Integram o sistema de recepção e transmissão das estações retransmissoras, dentre outros:

- Antenas de recepção via satélite;
- IRDs (Integrated Receiver Decoder);
- Transmissores de TV ou RTV, de todas as potências e frequências;
- Antenas de transmissão UHF (Slot, Pannel e demais modelos digitais);
- Cabos, conectores e divisores de potência;
- Sistemas de energia (quadros elétricos, estabilizadores, nobreaks e proteção contra surtos);
- Sistemas de aterramento;
- Sistemas de telemetria;
- Sistemas de iluminação interna e externa;
- Sistemas de segurança patrimonial;
- Torres de transmissão.

3.2 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.2.1 Manutenção Preventiva

A CONTRATADA deverá realizar visitas mensais a todas as estações retransmissoras, contemplando, no mínimo:

- Limpeza técnica dos equipamentos;
- Higienização e organização dos abrigos;
- Verificação e organização de cabos e linhas de transmissão internas e externas;
- Avaliação das condições técnicas de recepção e transmissão do sinal;
- Verificação dos sistemas elétricos, aterramento e climatização.

Ao final de cada visita, deverá ser preenchido o relatório padrão de manutenção “RETRANSMIT”, contendo:

- Identificação da estação;
- Serviços executados;
- Diagnóstico técnico;
- Registro fotográfico.

3.2.2 Manutenção Corretiva e Atendimento Emergencial

A CONTRATADA deverá:

- Atender, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer estação fora do ar ou com comprometimento da qualidade do sinal;

- Executar intervenções emergenciais sempre que necessário para restabelecimento das condições normais de operação;
- Comunicar à TV Cultura, no prazo máximo de 24 horas, qualquer ocorrência crítica.

3.2.3 Instalações e Substituições

Sempre que necessário, a CONTRATADA deverá executar instalação, substituição ou adequação de equipamentos situados em torre ou abrigo técnico, tais como:

- Antenas;
- Para-raios e protetores de surto;
- Equipamentos reservas;
- Quadros de energia;
- Sistemas de climatização;
- Nobreaks e estabilizadores;
- Demais componentes integrantes da planta técnica.

Toda a despesas e aquisição de peças serão realizadas pela Fundação Padre Anchieta, cabendo a a Contratada relatar a necessidade para coordenação da Rede do Interior.

3.3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à CONTRATADA:

- Garantir a execução dos serviços dentro dos padrões técnicos exigidos;
- Emitir relatórios mensais de manutenção preventiva e corretiva de todas as estações, especificando os serviços realizados, a avaliação dos equipamentos e as respectivas manutenções. O modelo de relatório adotado será o sistema 'RETRANSMIT', com acesso disponibilizado via web link.
- Informar à TV Cultura qualquer alteração ocorrida nas estações, seja referente aos equipamentos instalados ou à presença de outras emissoras, ainda que devidamente autorizadas pela Fundação Padre Anchieta.
- Realizar realinhamento de antenas parabólicas das estações retransmissoras sempre que houver necessidade de mudança de satélite, mediante orientação da Diretoria Técnica da Fundação Padre Anchieta.
- Utilizar, na execução dos serviços, materiais e produtos de primeira qualidade, os quais deverão ser submetidos à aprovação prévia da TV Cultura.
- Apresentar relatórios complementares ou extraordinários referentes aos serviços prestados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela TV Cultura.
- Responsabilizar-se integralmente pela qualidade técnica dos serviços;
- Cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente a NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e a NR-35 (Trabalho em Altura), assegurando a capacitação dos profissionais envolvidos e a utilização obrigatória dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) adequados.
- Substituir imediatamente profissional cuja conduta seja considerada inadequada.

3.4 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à CONTRATANTE:

- Emitir carta de apresentação à CONTRATADA para fins de identificação;
- Toda a despesas e aquisição de peças serão realizadas pela Fundação Padre Anchieta;

3.5 VIGÊNCIA

A contratação terá vigência inicial de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogada, mediante justificativa e interesse da Administração, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço contínuo de natureza técnica especializada.

4. Requisitos da contratação

4.1. Requisitos Técnicos

4.1.1. A empresa deverá comprovar experiência prévia na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de radiodifusão, telecomunicações ou infraestrutura de transmissão de sinais, contemplando, no mínimo, atividades relacionadas a transmissores, sistemas irradiantes, recepção via satélite, redes de RF, sistemas elétricos e de climatização.

Para fins de habilitação técnica, deverá ser comprovada aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Os atestados deverão demonstrar a execução satisfatória de serviços contínuos ou sob demanda, incluindo manutenção preventiva, corretiva e atendimento emergencial em instalações técnicas de transmissão, admitida a comprovação por meio de um ou mais atestados.

4.1.2. A CONTRATADA deverá dispor de equipe técnica qualificada, com capacitação comprovada para atuação em:

- Sistemas de transmissão e recepção de sinais de radiodifusão;
- Sistemas elétricos de baixa e média tensão;
- Trabalhos em altura.

4.1.3. Os profissionais designados para atividades em altura deverão possuir certificação válida conforme NR-35, e aqueles que atuarem em sistemas elétricos deverão possuir capacitação conforme NR-10.

4.1.4. A empresa deverá possuir estrutura operacional compatível com a abrangência regional do contrato, garantindo atendimento às 51 localidades da Área 4.

4.2. Requisitos Operacionais

4.2.1. A CONTRATADA deverá garantir atendimento emergencial no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para estações fora do ar ou com comprometimento relevante do sinal.

4.2.2. Deverá manter canal de comunicação permanente com a coordenação Diretoria Técnica da TV Cultura.

4.2.3. Deverá emitir relatórios técnicos mensais de manutenção preventiva e relatórios de atendimento corretivo sempre que houver intervenção.

4.2.4. Deverá possuir disponibilidade de ferramental, instrumentos de medição, veículos e equipamentos adequados à execução dos serviços.

4.3. Requisitos de Regularidade Jurídica e Fiscal

4.3.1. A empresa deverá comprovar regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação vigente.

4.3.2. Deverá estar regularmente registrada nos órgãos competentes, quando aplicável.

4.4. Requisitos de Sustentabilidade

4.4.1. A CONTRATADA deverá observar práticas de sustentabilidade socioambiental, especialmente quanto ao descarte adequado de resíduos eletrônicos e uso racional de materiais e insumos.

4.5. Subcontratação

4.5.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Os serviços serão executados de forma contínua.

5.2. A manutenção preventiva será realizada por meio de visitas técnicas mensais a todas as estações retransmissoras.

5.3. A manutenção corretiva será realizada sob demanda, mediante comunicação da área técnica da Fundação Padre Anchieta ou por informação obtida pelo Sistema de Telemetria.

5.4. O aceite dos serviços ocorrerá após verificação da conformidade técnica das atividades executadas.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. As regras do serviço está contida no contrato e neste termo e deverão ser executadas fielmente por ambas partes.

6.2. Na presente contratação deverá prevalecer todas as especificações do Termo de Referência.

Fiscalização Técnica

6.3. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.4. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.6. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.8. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII)

Fiscalização Administrativa

6.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.10. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.16. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Gestor do Contrato : José Maria Martins - josemariamartins@tvcultura.com.br - - 11 2182-3378

Fiscalização Técnica : Victor Hannoun - victorhannoun@tvcultura.com.br - 11 2182-3796

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. O pagamento será efetuado conforme fundamentos da FPA discriminados abaixo:

7.1.1. O pagamento será efetuado no dia 25 do mês subsequente a emissão da Nota Fiscal.

7.1.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

7.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8 - FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria[1] Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): ,01

9.1. Valor (R\$): ,01

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da FPA.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, pois o órgão requisitante dispensa essa obrigatoriedade para o ano base.

10.3. Conforme alinhamento da despesa de 2026 foi estimado o valor da contratação para o ano de 2026..

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE MARIA MARTINS

Coordenador Técnico



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 11:24:27.

VICTOR MOUTRAN HANNOUN

Planejamento e Controle



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 10:46:41.